



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002299-71.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SIDNEI MARTINS DA SILVA**
 Requerido: **Nipponflex Industria e Comercio de Colchoes Ltda Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido do segundo réu um colchão fabricado pela primeira ré.

Alegou ainda que ao recebê-lo constatou que estava impróprio para os fins a que se destinava, não tendo conseguido resolver a pendência junto ao PROCON local.

Almeja à rescisão do contrato e à restituição do valor que desembolsou.

O segundo réu é revel.

Citado regularmente (fl. 16), ele não compareceu à audiência de tentativa de conciliação, não ofertou contestação (fl. 54) ou justificou sua inércia, de sorte que se presumem verdadeiros os fatos articulados pelo autor em relação ao mesmo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto à primeira ré, a preliminar que arguiu em contestação não prospera.

Sua legitimidade *ad causam* encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção, sendo inegável que ela aí se insira por sua condição de fabricante do produto.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, o documento de fl. 05 elenca as especificações do produto adquirido pelo autor, mas as fotografias de fls. 06/09 demonstram que elas não foram observadas especialmente quanto à altura (vê-se a fl. 05 que deveria ter 403 mm, enquanto a segunda fotografia na parte superior de fl. 06 patenteia que era na verdade de 303 mm) e à ausência de rodas.

Como se não bastasse, as falhas nas costuras são evidentes, cumprindo registrar que os réus não impugnaram específica e concretamente essas fotografias, como seria de rigor.

Nem se diga que o autor demorou para ajuizar a ação, porquanto isso derivou do fato de ter previamente buscado solucionar a situação perante o PROCON local, sem êxito.

Deve ser assinalado, aliás, que a primeira ré sequer compareceu à audiência então designada por aquele órgão (fl. 10), de sorte a deixar claro até mesmo o seu desinteresse pela reparação do produto.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Soma-se a tudo isso a anotação no "*pedido de venda*" de fl. 05 de que o autor poderia utilizar o colchão por sessenta dias e que se após esse período não auferisse qualquer benefício sucederia a devolução do valor pago (cf. item "*OBSERVAÇÕES IMPORTANTES*").

A conjugação desses elementos denota estarem preenchidos os pressupostos do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, fazendo em consequência jus o autor à devolução do montante desembolsado pela mercadoria.

Apenas por oportuno, destaco que o autor em momento algum postulou o ressarcimento de danos morais, razão pela qual as ponderações sobre o assunto deduzidas pela primeira ré deixam de ser apreciadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda tratado nos autos e para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 9.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2017 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação, o réu que o fizer terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido o prazo *in albis*, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 27 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**